

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO G.DO NORTE

Estudo Técnico Preliminar 100/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: SEI 06060/2025

2. Objetivo

2. Têm por objetivo os presentes estudos técnicos preliminares identificar os problemas e estudar as soluções aplicáveis, por meio da documentação e reunião de elementos técnicos, mercadológicos, econômicos e ambientais necessários e suficientes para permitir a elaboração de termo de referência para fins de prestação de serviços comuns, com natureza de apoio administrativo, acessórios às atividades de preparação e realização das Eleições Gerais de 2026 no estado do Rio Grande do Norte, mediante alocação de postos de trabalho, para atuação nas Zonas Eleitorais e na Seção de Planejamento e Logística de Eleições (SPLE) do TRE/RN, à luz do disposto no art. 18, I e §1º, da Lei nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa nº 58/2022 – SEGES/ME.

3. Descrição da necessidade

3.1 As eleições são um momento de alta demanda de serviços a serem realizados em muitas unidades deste Tribunal, especialmente naquelas que têm estreita vinculação com as atividades de planejamento, execução, monitoramento e avaliação das eleições. Entretanto, em que pese haver substancialmente o acréscimo da demanda de atividades nesse período em comparação com um ano não-eleitoral, não há nenhum aumento vinculado no quadro de pessoal efetivo do Tribunal para absorver as inúmeras tarefas indispensáveis para a realização de uma eleição bem sucedida, com a qualidade esperada e dentro dos prazos estabelecidos legalmente.

3.2 O atendimento eficiente do eleitor, dos candidatos e partidos políticos, o registro das candidaturas, a análise e julgamento dos processos judiciais e administrativos, com a devida transparência, segurança e celeridade, além das vistorias e preparação dos locais de votação e de suas respectivas seções eleitorais, elaboração e organização dos materiais dos mais de trinta e nove mil mesários, são algumas das incontáveis atividades a que algumas unidades administrativas do Tribunal ficam submetidas no ano eleitoral, contando, apenas, com uma limitada força de trabalho para dar conta de todo o acréscimo de atividades preparatórias que serão exigidas para o sucesso do pleito.

3.3 Mesmo com o habitual acréscimo da jornada de trabalho dos servidores no período eleitoral, a sua força de trabalho não consegue suprir toda a necessidade de serviços relacionados a um pleito, seja ele municipal ou geral, como é o caso das próximas eleições em 2026.

3.4 Para se ter uma noção do volume de trabalho, projeta-se para o Estado do Rio Grande do Norte em 2026 o funcionamento de 8.164 (oito mil, cento e sessenta e quatro) seções eleitorais, distribuídas em 167 (cento e sessenta e sete) municípios, com 60 (sessenta) Cartórios Eleitorais, os quais atenderão aproximadamente 2.603.234 (dois milhões, seiscentos e três mil, duzentos e trinta e quatro) eleitores, envolvendo zona urbana e rural.

3.5 Nas Eleições Gerais de 2026, no âmbito do Rio Grande do Norte, serão instalados aproximadamente 1.572 (mil quinhentos e setenta e dois) locais de votação, com a convocação de aproximadamente 42.083 (quarenta e

dois mil e oitenta e três) mesários e pessoal de apoio logístico (que inclui administradores de prédio/supervisores de local de votação, auxiliares de pontos de apoio e de serviços eleitorais, além dos coordenadores de acessibilidade) no 1º turno e, em eventual 2º turno, todo esse quantitativo de pessoas atuará novamente, assim como, também serão utilizadas em torno de 8.670 (oito mil, seiscentos e setenta) urnas eletrônicas, incluindo as de contingência, de reserva e as eventuais inoperantes. Importa deixar registrado que esse pessoal, na sua quase totalidade, só é convocado para atuação no dia da eleição.

3.6 Nesse contexto, fica evidente perceber que, mesmo com o envolvimento desse grande contingente de pessoas no dia da eleição, ainda se faz necessário o recrutamento de um quantitativo considerável de colaboradores, a fim de que possam auxiliar nas atividades prévias, que envolvem desde as vistorias dos locais de votação, elaboração e preparação dos materiais dos mesários (impressos variados), organização dos locais de votação e seções eleitorais já citadas anteriormente, além de auxiliar e prestar suporte em diversas outras atividades administrativas desenvolvidas pelas unidades competentes do Tribunal, nos treinamentos e nos eventos preparatórios à votação, à transmissão dos resultados e à totalização da eleição.

3.7 Verifica-se, então, a necessidade de estudar soluções viáveis para amenizar as dificuldades oriundas da pequena quantidade de servidores lotados nos Cartórios Eleitorais do TRE/RN, principalmente naqueles sediados no interior do Estado. Quanto ao posto de trabalho na Seção de Planejamento (SPLE), trata-se do supervisor contratado para coordenar todo o pessoal alocado nos demais postos de trabalho distribuídos nos sessenta cartórios eleitorais. A cada ciclo eleitoral, verifica-se que o número de servidores é insuficiente para atender à demanda de trabalho prevista para as referidas unidades durante o período de preparação e de realização das Eleições.

3.8 Diante do que foi exposto acima, esse Estudo Técnico Preliminar está sendo realizado para indicar a solução mais viável, dentre as disponíveis no mercado, para prover este Tribunal da força de trabalho suficiente para auxiliar no atendimento das atividades administrativas necessárias à preparação do pleito de 2026, a serem desenvolvidas pelas Zonas Eleitorais de todo o Estado do Rio Grande do Norte.

Em resumo, as atividades sob a responsabilidade dos contratados são as listadas abaixo, sempre sob a orientação e aval do fiscal setorial (chefe de cartório):

1. Realizar as vistorias e preparação dos locais onde ocorrerão atividades próprias do período eleitoral (votação, geração de mídias e preparação de urnas, transmissão descentralizada), bem como dos locais onde funcionarão as Juntas Eleitorais, verificando suas condições físicas e infraestrutura para ligação de equipamentos;
2. Organizar, controlar, distribuir, recolher, substituir e armazenar os materiais e equipamentos a serem utilizados nas eleições, inclusive mídias e urnas eletrônicas;
3. Lançar informações em sistemas informatizados;
4. Contatar unidades administrativas do Tribunal para diversos fins, utilizando e-mail, webchat, whatsapp ou telefone;
5. Auxiliar o chefe de cartório no monitoramento dos chamados de suporte técnico e nos atendimentos às unidades administrativas do Tribunal e comunicações para fins diversos (via *e-mail*, *web chat*, *whatsapp*, telefone);
6. Auxiliar na campanha de divulgação do voto;
7. Auxiliar no treinamento de mesários e do pessoal de apoio logístico;
8. Atuar nos simulados nacionais e locais, no teste pós-transporte e nas audiências de geração de mídias e preparação das urnas eletrônicas, prestando o apoio necessário;
9. Prestar apoio na instalação das seções eleitorais, na véspera da eleição;
10. Atuar nas contingências relacionadas aos equipamentos a serem utilizados nas eleições;
11. Atuar nas atividades cartorárias relativas à preparação e execução das eleições;
12. Atuar na limpeza, na guarda adequada e organização das urnas eletrônicas após as eleições (verificação de urnas pós-eleição, conforme instruções do chefe de cartório respectivo); Acompanhamento /monitoramento da totalização da eleição;

13. Desempenhar outras atividades assemelhadas, necessárias ao regular andamento das eleições, identificadas pelos Chefes de Cartório Eleitoral;
14. Comunicar ao supervisor (supervisor) da contratada, ou ao chefe da unidade onde estiver exercendo suas atividades, conforme o caso, acerca de problemas ou irregularidades de que tomarem conhecimento na execução dos serviços;
15. Sob a responsabilidade do supervisor recai gerenciar e supervisionar as atividades dos auxiliares de eleição nos respectivos postos de trabalho, o controle da sua frequência, a sua substituição, quando necessário, e a resolução de problemas sobre pagamento e benefícios junto à empresa, sempre comunicando previamente aos fiscais setorial e administrativo.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenadoria de Eleições	Maria Teresa Farache Porto

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1 Requisitos orçamentários:

5.1.1 Trata-se de uma das contratações de maior valor previsto no Plano de Contratações Anual - PCA 2026, na ordem de R\$ 2.581.610,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e um mil, seiscentos e dez reais), devido a sua relevância para a boa execução das Eleições 2026, posto que os serviços a serem executados são indispensáveis para o sucesso das eleições e devem obedecer rigorosamente ao calendário eleitoral 2026 estabelecido por normativo do Tribunal Superior Eleitoral, o que torna inviável a possibilidade de adiamento ou prorrogação de datas. A solução mais viável deverá observar como teto orçamentário o valor previsto no PCA 2026, cujo período de vigência do contrato não deverá exceder o dia 31.12.2026.

5.1.1.1 Caso o valor acima seja ultrapassado, o TRE/RN terá de solicitar a suplementação do orçamento ou providenciar sobras orçamentárias para cobrir a diferença.

5.2 Requisitos Técnicos:

5.2.1 Necessidade de atestado de capacidade técnica, a ser exigido da empresa licitante, deixando claro que a futura contratada tem condições técnicas e operacionais para contratar com o TRE/RN;

5.2.2 A depender da solução escolhida será necessária a indicação de profissional (preposto), que será responsável pela comunicação entre a futura contratada e a equipe de fiscalização do contrato.

5.3 Requisitos temporais:

5.3.1 Diante dos problemas apresentados no tópico 2 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO desses estudos, a solução mais viável deve ser aprovada até, no máximo, a segunda quinzena de novembro de 2025, tendo em vista as experiências anteriores com as contratações dessa natureza, de forma a possibilitar a iniciação das atividades a serem desenvolvidas pelo pessoal da empresa contratada na segunda quinzena de agosto de 2026, para não comprometer o cumprimento do calendário eleitoral de 2026 e, conseqüentemente, o pleito do dia 04/10/2026 e, caso haja 2º turno, do dia 25/10/2026. Como o serviço deve ser iniciado na segunda quinzena de agosto de 2026, o contrato deverá ser formalizado até junho de 2026 para que haja tempo hábil para a contratada selecionar o pessoal terceirizado.

5.4 Requisitos geográficos

5.4.1 A futura contratada não precisa ter sede ou filial no Rio Grande do Norte, a não ser que a solução escolhida deixe expressa essa necessidade.

5.5 Requisitos operacionais

5.5.1 Os serviços serão prestados nos Cartórios Eleitorais de todo o Estado do Rio Grande do Norte, nos endereços publicados no sítio do TRE/RN, acessados por meio do link <https://www.tre-rn.jus.br/institucional/zonas-eleitorais/enderecos-eletronicos>, e na Seção de Planejamento e Logística de Eleições (SPLE) do TRE/RN, localizada no edifício-sede do TRE/RN, situado à Av. Rui Barbosa, 165 - Tirol, Natal/RN;

5.5.2 Os serviços serão prestados num período máximo de 67 (sessenta e sete) dias, distribuídos em 45 (quarenta e cinco) dias para o 1º turno, ou seja, de 25/08 a 08/10 e, em caso de 2º turno, a execução terá continuidade e abrangerá mais 22 (vinte e dois) dias, do dia 09 ao dia 30/10/2026, podendo ser prorrogado por interesse do TRE/RN e concordância das partes por mais 50 (cinquenta) dias até o dia 19/12/2026, em virtude das demandas decorrentes das atividades cartorárias posteriores às eleições, mediante formalização de Termo Aditivo, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

5.5.3 A solução deverá prever a capacidade de atendimento de, no mínimo, os seguintes quantitativos de postos de trabalho:

a) **221** (duzentos e vinte e um) terceirizados para atuação no 1º turno e, caso ocorra, também no 2º turno;

5.6 Requisitos de sustentabilidade:

5.6.1 A futura contratada deverá adotar as exigências contidas na Instrução Normativa nº 01/2010 - SLTI /MPOG, no que couber;

5.6.2. A empresa contratada deverá ter conhecimento do Plano de Logística Sustentável do TRE/RN e adotar as suas práticas, no que for cabível.

5.7 Requisitos de segurança da informação

3.7.1 A futura contratada e seus empregados deverão ter conhecimento da Política de Segurança da Informação do TRE/RN e assinar termo de confidencialidade previamente ao início da prestação dos serviços.

5.8 Requisitos econômico-financeiros

5.8.1 Deverá ser previsto em Edital que a empresa licitante demonstre ter capacidade econômica para fins de contratar com o TRE/RN.

5.9 Requisitos fiscais e trabalhistas

5.9.1 A empresa licitante deverá possuir regularidade com a Receita Federal, FGTS e Justiça Trabalhista. Sob nenhuma hipótese o TRE/RN homologará a licitação caso essas certidões de regularidade não tenham sido apresentadas;

5.9.2 Tais condições devem ser mantidas durante todo o período de contratação sob pena de rescisão contratual.

5.10 Requisitos administrativos

5.10.1 A empresa licitante também deverá manter situação de regularidade junto ao CNJ (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade) e ao Portal de Transparência do Governo Federal (Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas e Cadastro Nacional de Empresas Punidas), devendo manter essa condição durante toda execução contratual.

5.11 Requisitos quanto a prevenção e combate ao assédio

5.11.1 A futura contratada deverá ter conhecimento e adotar as práticas de prevenção e combate ao assédio definidas pelo TRE/RN.

5.12 Requisitos de acessibilidade

5.12.1 Foram observados que o requisito de acessibilidade que trata da reserva de vagas para mulheres vítimas de violência doméstica e pessoas em condições de vulnerabilidade, não se aplica aos presentes estudos, por se tratar de um serviço temporário.

5.12.2 A empresa contratada deverá, na alocação da mão de obra para a execução contratual, garantir a ocupação de, no mínimo, 50% das vagas por mulheres, proporcionando a participação equânime de homens e mulheres, com perspectiva interseccional de raça e etnia, conforme exigido pelo art. 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 255/2018, com a redação dada pela Resolução CNJ nº 540/2023, ambas do Conselho Nacional de Justiça.

5.12.3 Quanto à reserva de vagas para os egressos do sistema prisional, segue justificativa para a sua inaplicabilidade nas contratações temporárias para as Eleições 2026:

5.12.3.1 Considerando a natureza das atividades a serem desempenhadas pelos Auxiliares de Eleições, que envolvem o manuseio de dados sensíveis de eleitores;

5.12.3.2 Considerando a exigência legal de sigilo, lisura e confiabilidade inerente a as funções da Justiça Eleitoral, especialmente no processo eleitoral;

5.12.3.3 Considerando a limitação temporal e a obrigatoriedade de substituição de profissionais oriundos do sistema prisional estabelecida pelo Art. 5º do Decreto nº 9.450/2018, que concede um prazo de até 60 (sessenta) dias para o preenchimento da vaga; e, ao mesmo tempo, a natureza estritamente temporária e o prazo exíguo do contrato administrativo para a função de Auxiliar de Eleições, cuja legislação eleitoral exige prontidão e substituição imediata de pessoal para evitar prejuízos ao calendário preparatório das Eleições 2026;

5.12.3.4 Conclui-se que a aplicação da reserva de vagas, conforme estipulada no referido Decreto, é materialmente inviável no contexto da contratação temporária para as Eleições 2026. A exigência de prazo de 60 dias para substituição é incompatível com a urgência e a curta duração do serviço eleitoral.

5.12.3.5 Ademais, as atividades de alta sensibilidade e responsabilidade exigem um perfil profissional cujas circunstâncias de contratação não podem gerar descontinuidade ou comprometer o sigilo e a segurança dos dados e da própria condução do pleito.

5.12.3.6 Portanto, justifica-se a inaplicabilidade da cota de reserva de vagas para egressos do sistema prisional, dada a incompatibilidade funcional e a inviabilidade logística/prazo para a natureza peculiar e temporária dos serviços eleitorais.

6. Levantamento de Mercado

Considerando as soluções levantadas por esta equipe de planejamento, estudadas nos seus vários aspectos, encontramos cinco possibilidades que poderiam ser utilizadas para amenizar a problemática da falta de pessoal para atuar nas eleições, as quais apresentamos abaixo:

6.1 Prestação de serviços mediante convocação de eleitores:

6.1.1 Nesta solução as atividades eleitorais são prestadas por eleitores convocados em número suficiente para atuarem como auxiliares de serviços eleitorais nas zonas eleitorais de todo o Estado do RN para a realização das atividades de organização e preparação das eleições, como já explicitado no tópico 2.

6.1.1.1 A legislação vigente permite que o(a) juiz(a) eleitoral convoque eleitores(as) para prestarem apoio logístico, em número e pelo período necessários, para atuarem como auxiliares dos serviços eleitorais, observado o limite máximo de 10 (dez) dias, distribuídos nos dois turnos, nos municípios com mais de 200.000 (duzentos mil) eleitores e de 6 (seis) dias, também distribuídos nos dois turnos, nos municípios com até 200.00 (duzentos mil) eleitores.

6.1.1.2 A contrapartida para a prestação desses serviços pelos eleitores(as) convocados(as) é que a cada dia de convocação serão concedidos 2 (dois) dias de folga, sem prejuízo do salário, vencimento ou qualquer outra vantagem junto ao seu trabalho oficial (Lei nº 9.504/1997, art. 98), não sendo incluídos no limite descrito no item anterior, os dias de treinamento.

6.1.1.3 Essa sistemática já ocorre em todas as eleições, sejam elas gerais como é a de 2026, municipais ou suplementares. Porém, essa convocação sempre esteve mais voltada para a atuação na véspera e no dia da eleição, atendendo parcialmente às outras inúmeras atividades indispensáveis à execução do pleito, principalmente, devido alguns municípios não disporem desse pessoal em quantitativo suficiente para atender a demanda total das demais atividades que acontecem antes da véspera e do dia da eleição.

6.1.1.4 Houve uma evolução dessa sistemática, visto que em 2024 apenas a 3ª zona eleitoral convocou todo o seu pessoal de apoio logístico, dispensando os auxiliares de eleição contratados. Para as Eleições 2026 teremos a 3ª e 4ª zonas eleitorais da capital que não utilizarão o pessoal contratado, mas somente os convocados. Além disso, mais nove zonas eleitorais reduziram o quantitativo de contratados, que foram substituídos por mais eleitores convocados. São elas: 1ª, 13ª, 14ª, 27ª, 35ª, 40ª, 46ª, 62ª e 69ª.

6.1.2 Vantagens:

6.1.2.1 A maior vantagem dessa solução é o fato de ensejar um baixo custo para o TRE/RN (só há o pagamento do auxílio-alimentação), não só por não haver o custo com o pagamento de empresa contratada para esse fim, mas pela própria economicidade gerada pela ausência do processo de contratação que hoje demonstra ser complexo e oneroso, além de difícil gestão e fiscalização, em função da ampla área geográfica em que os postos de trabalho são alocados;

6.1.2.2 Essa solução além de não acarretar grandes gastos, também pode ser utilizada parcialmente, de forma a reduzir o custo empregado em uma eventual contratação, vez que permitirá uma contratação com redução de postos de trabalho para serem utilizados no mesmo período para todas as zonas ou, ainda, por maior tempo apenas para zonas eleitorais que apresentem um cenário de força de trabalho com alta criticidade;

6.1.2.3 É fato que essa convocação também traz a possibilidade de podermos contar com uma força de trabalho mais qualificada, visto que esses eleitores podem ser escolhidos de órgãos públicos ou empresas privadas, dentre estudantes e profissionais que já atuam no mercado de trabalho, o que remete a uma maior responsabilidade e capacidade em relação ao trabalho que será executado, além de poderem ser novamente convocados em eleições futuras (consecutivas), resultando numa força de trabalho mais experiente e capacitada a cada eleição;

6.1.2.4 Outra vantagem é a redução de riscos que temos em relação à contratação, uma vez que os processos licitatórios são mais complexos e sem garantia de sucesso, por não sabermos se, de fato, teremos empresas interessadas e aptas a serem contratadas pelo Tribunal, o que na convocação não ocorre, visto que o serviço eleitoral prefere a qualquer outro, sendo obrigatório, conforme previsto no art. 365 do Código Eleitoral, sendo a sua recusa ou abandono sem justa causa interpretado como crime (art. 344 do Código Eleitoral).

6.1.2.5 Considerando a redução do custo que essa solução possibilita, isso pode permitir o redirecionamento do orçamento para melhor atender outras despesas igualmente importantes, como por exemplo, a contratação de veículos, ampliação do programa de estágio, aumento do quantitativo de beneficiários do auxílio-alimentação;

6.1.2.6 Ainda como vantagens para a sociedade, essa solução reduzirá o custo do voto, ampliará participação ativa do eleitor nas atividades eleitorais, o aproximando do processo eleitoral, o que trará mais conhecimento, visibilidade e transparência acerca do sistema eletrônico de votação e do processo de votação como um todo, gerando mais confiabilidade e segurança no trabalho da Justiça Eleitoral;

6.1.2.7 Também podem ser verificados os benefícios que a participação desses eleitores no processo eleitoral trazem para eles próprios, como o fortalecimento do exercício da cidadania, o usufruto de folgas no trabalho pelo dobro dos dias de convocação, sem prejuízo do salário, a percepção de auxílio-alimentação, a vantagem de sua atuação ser considerada como uma atividade voluntária, o que é utilizado como critério de desempate em concursos públicos para provimento de cargos efetivos no âmbito dos Tribunais Regionais Eleitorais e em outros concursos públicos, desde que haja previsão em edital, além das horas trabalhadas ainda poderem ser convertidas em atividades complementares (previsão em convênios), no caso dos estudantes de universidade ou faculdades conveniadas.

6.1.2.8 O treinamento desse pessoal é de responsabilidade do TRE/RN como em quaisquer das demais possibilidades de solução, porém, recairá sobre o pessoal da Secretaria do TRE/RN, desafogando a zona eleitoral e garantindo mais qualidade.

6.1.3 Desvantagens:

4.1.3.1 Muitas zonas eleitorais tem considerável dificuldade em convocar o quantitativo necessário de eleitores para realizarem essas atividades de apoio logístico, devido não possuírem no seu município ou em municípios próximos/vizinhos, estabelecimentos privados e públicos que atendam numericamente essa elevada demanda;

6.1.3.2 Também foi ressaltado pelas zonas eleitorais o risco desses eleitores não comparecerem para a realização das atividades para as quais foram convocados, apesar das sanções a que estão submetidos. Algumas vezes é percebida a falta de comprometimento, o que foi vinculado à falta de uma compensação financeira para esse eleitores convocados;

6.1.3.3 A convocação de um número elevado de eleitores de outros órgãos públicos ou privados causam transtornos a esses estabelecimentos, que ficam sem esse pessoal nos dias em que estão prestando serviço à Justiça Eleitoral e nos outros em que usufruirá folgas como compensação pelo trabalho prestado. Foi enfatizada que haverá a transferência do custo da Justiça Eleitoral para outros órgãos da Administração Pública ou Privada;

6.1.3.4 O recrutamento desse pessoal recairá como mais uma atividade sob a responsabilidade da zona eleitoral, exigindo muito esforço e tempo gasto para a convocação, substituições necessárias e comunicações.

6.1.3.5 As convocações remanescentes, utilizadas para substituir aqueles eleitores convocados e impossibilitados de assumir o seu papel, fogem ao calendário do Plano Integrado das Eleições - PIELEI 2026, exigindo que a zona eleitoral assuma o treinamento desse pessoal.

6.2 Prestação de serviço mediante postos de trabalho de auxiliares de eleições

6.2.1 Solução que vem sendo adotada pelo Tribunal desde 1996 em cada eleição (a cada dois anos). A contratação recai em empresa especializada na prestação de serviços por tempo determinado, mediante alocação de postos de trabalho em algumas unidades administrativas e zonas eleitorais do Tribunal.

6.2.1.1 Verifica-se que o mercado é bem servido de empresas nesse segmento de serviços;

6.2.1.2 Em relação aos requisitos previstos no tópico 3 desses estudos, essa solução atende a todos eles, podendo ser observado, algumas vezes, o aparecimento de dificuldades em garantir a qualificação da mão-de-obra (requisitos técnicos) e a capacidade econômica da empresa durante o contrato (requisitos econômico-financeiros);

6.2.2 Vantagens:

6.2.2.1 A maior vantagem dessa solução é a garantia de que teremos pessoal em número suficiente para atender as demandas de atividades do período eleitoral, caso a contratação seja bem sucedida.

6.2.2.2 Essa solução vem sendo avaliada como a que mais atende às necessidades das zonas eleitorais do RN, devido à dificuldade de convocação de pessoal para a realização dessas atividades;

6.2.2.3 Outra vantagem é que não precisaremos assumir a logística de recrutamento, seleção, transporte e deslocamento de pessoal nos respectivos postos de trabalho, visto que esses procedimentos são de responsabilidade da empresa contratada, assim como o pagamento dos salários, encargos sociais, impostos, direitos trabalhistas, auxílio-alimentação e vale-transporte, o controle de frequência, substituição dos postos de trabalho, entre outros.

6.2.2.4 Em caso de faltas ao trabalho, a empresa é obrigada a substituir esse funcionário, que cobrirá imediatamente o referido posto de trabalho.

6.2.3 Desvantagens:

6.2.3.1 Nem sempre conseguimos obter pessoal qualificado e devidamente responsável para a atuação na Justiça Eleitoral, visto que, devido à necessidade de se dedicarem integralmente às atividades eleitorais por um pequeno período (45 a 67 dias), acabam recaindo sobre pessoas que não estão inseridas no mercado de trabalho. Essa situação tem sido observada em algumas ocasiões, o que tem gerado desgaste às chefias das unidades administrativas que os recebem;

6.2.3.2 A empresa contratada nem sempre cumpre com as suas obrigações trabalhistas, havendo, algumas vezes, atraso no pagamento dos salários ou dos vales-transporte, gerando insatisfação no funcionário, o que recai sobre a sua produtividade, além de mobilizar o responsável pela unidade em que está trabalhando no Tribunal, para comunicar e reivindicar a solução do problema, o que toma tempo do servidor num período que ele está sobrecarregado de atividades e responsabilidades;

6.2.3.3 Pendência dos recolhimentos de ISS de alguns municípios, devido às dificuldades apresentadas pelos próprios municípios, o que vem aumentando o passivo do Tribunal.

6.2.3.4 Apesar de nas faltas ao trabalho, a empresa substituir o funcionário ausente, cobrindo imediatamente o referido posto de trabalho, não há o devido treinamento como houve no início da contratação, responsabilidade que recairá sobre o pessoal da unidade administrativa em que atuará e não mais sobre o pessoal da Secretaria do Tribunal, num momento de grande sobrecarga de trabalho, afetando a qualidade do treinamento;

6.3 Prestação de serviço mediante processo de recrutamento e seleção por entidade educacional

6.3.1 Essa solução abrange um convênio com uma fundação de apoio ao ensino, pesquisa e extensão, que será responsável pelo recrutamento, seleção, contratação, renovação, pagamento e desligamento dos candidatos e ocupantes dos postos de trabalho;

6.3.1.1 O convênio é um acordo de parceria entre o TRE/RN e uma fundação voltada para o ensino, pesquisa e extensão, o que não precisa de um processo licitatório para ser efetivado, tornando o processo de aquisição da mão-de-obra mais célere;

4.3.1.2 Nesse tipo de solução há a transferência dos recursos financeiros para a conveniente, para o atendimento do objeto pretendido.

6.3.2 Vantagens:

6.3.2.1 A depender das obrigações estabelecidas para o conveniente e o concedente, o convênio pode ter a sua adoção parecida com a de uma contratação, ficando o conveniente com a responsabilidade das despesas relativas à prestação dos serviços de recrutamento, seleção, salários, encargos sociais, impostos, direitos trabalhistas, auxílio-alimentação, vale-transporte e outras que incidam sobre a execução do convênio, como treinamentos, deslocamentos de pessoal, ferramentas, controle de frequência, substituição dos postos de trabalho, entre outros;

6.3.2.2 Os recursos poderão ser pagos parceladamente, a cada ateste dos serviços prestados;

6.3.2.3 O concedente ficará responsável apenas pelo repasse financeiro das despesas relativas ao convênio, assim como do acompanhamento e aferição da execução do objeto, conforme pactuado no Plano de Trabalho.

6.3.3 Desvantagens:

6.3.3.1 Encontrar interesse nas fundações de ensino, pesquisa e extensão, visto que o propósito dessas instituições é o aprendizado e desenvolvimento do aluno e que as atividades a serem desenvolvidas junto à Justiça Eleitoral são bastante específicas, o que pode limitar interessados e, ainda, ter um viés mais trabalhista do que educacional;

6.3.3.2 Mesmo que o convênio seja efetivado pode haver o desinteresse do pessoal selecionado na execução de algumas atividades de baixa complexidade, mas de extrema relevância para a Justiça Eleitoral;

6.3.3.3 O custo dessa solução é semelhante ao da contratação, não demonstrando-se vantajosa economicamente;

6.3.3.4 O quantitativo necessário de pessoal pode não ser alcançado por meio de um único convênio, o que elevaria bastante o risco em adotá-lo como solução;

6.3.3.5 Pulverizar convênios com várias instituições de ensino também oferece muitos riscos, desde a dificuldade de existência dessas instituições em alguns municípios como, principalmente, os seus gerenciamentos.

6.4 Prestação de serviço mediante requisição de servidores de outros órgãos públicos

6.4.1 A requisição de servidores é prevista por lei, sendo uma antiga prática adotada pelo Tribunal, ocorrendo tanto nas zonas eleitorais de todo o Estado como em alguns setores da Secretaria do Tribunal, que tem servidores públicos de outros órgãos atuando por anos na Justiça Eleitoral.

6.4.1.1 Além da requisição ordinária citada no item anterior, também é possível lançar mão das requisições extraordinárias, por seis meses, em anos eleitorais, que poderiam atender a nossa demanda. Ambas são previstas na Lei nº 9.504/1997 e na Resolução TSE nº 23.523/2017.

6.4.2 Vantagens:

6.4.2.1 Os servidores requisitados para o período de 6 (seis) meses poderiam suprir a falta de pessoal no período mais crítico do ano eleitoral;

6.4.2.2 A requisição também tem como atrativo a percepção de serviço extraordinário e, em algumas situações, auxílio-alimentação.

6.4.3 Desvantagens:

6.4.3.1 Dificuldade elevada de conseguir requisitar servidores de outros órgãos públicos, devido a sua limitação em alguns municípios (indisponibilidade de órgãos públicos ou de servidores que cumpram os requisitos do cargo para o qual está sendo requisitado);

6.4.3.2 A prestação do serviço por um pequeno período de tempo não possibilita uma atuação mais ampla e efetiva na unidade onde será lotado, visto que não tempo hábil para o aprendizado e assunção de tarefas mais complexas;

6.4.3.3 Os órgãos públicos, de uma forma geral, também enfrentam déficit de pessoal, assim como o TRE/RN, criando empecilhos para a disponibilização desses servidores ao Tribunal;

6.4.3.4 Considerando que a requisição obedece ao limite máximo de 1 servidor requisitado a cada 10.000 eleitores por zona eleitoral, observa-se que esse critério é insuficiente para as demandas no período eleitoral.

6.5 Prestação de serviço mediante remanejamento temporário de pessoal entre unidades administrativas do Tribunal

6.5.1 Essa solução ocorre em momentos específicos do ano eleitoral, quando servidores lotados nas unidades administrativas da Secretaria do Tribunal formam uma força-tarefa para auxiliar as zonas eleitorais no cumprimento das suas atividades, especialmente no fechamento do cadastro eleitoral (2ª quinzena de abril até o final de maio), na antevéspera, véspera e dia do pleito.

6.5.2 Vantagens:

6.5.2.1 Os servidores utilizados como reforço de pessoal nas zonas eleitorais conseguem desenvolver muitas dessas atividades de forma remota, diretamente da sua unidade de lotação, sem necessitar de despesa para o seu deslocamento, mas com o aumento da jornada de trabalho, ensejando a prestação de serviço extraordinário durante um turno, podendo no contraturno realizar as atividades da sua unidade de lotação;

6.5.2.2 Essa força-tarefa abrange ex-servidores de zonas eleitorais ou servidores experientes que já dispõem da expertise necessária à execução das atividades, muitas vezes, dispensando treinamento ou se submetendo apenas a uma atualização na matéria;

6.5.3 A logística utilizada para esse auxílio é fácil e rápida, vez que está basicamente voltada para a liberação do acesso aos sistemas eleitorais, sem necessidade de deslocamentos;

6.5.4 O deslocamento só acontece em raras situações e por poucos dias, próximo da eleição, tendo ainda o benefício dos servidores poderem ser deslocados com veículos do Tribunal, para boa parte das localidades.

6.5.5 Desvantagens

6.5.5.1 Essa força-tarefa só abrange um pequeno período, visto que esses servidores não podem se ausentar por muito tempo das suas unidades de lotação, a fim de não comprometerem o andamento regular das atividades rotineiras do seu setor, o que não atende às necessidades das unidades administrativas com considerável sobrecarga de demandas no ano eleitoral;

6.5.5.2 Há despesa com serviço extraordinário, devido ao acréscimo da jornada de trabalho para dar conta da elevada demanda de serviço, além do desgaste do servidor, que trabalha com jornada ampliada durante um período;

6.5.5.3 Apesar de ser prioridade da Justiça Eleitoral, os servidores que se ausentam da sua unidade de lotação para auxílio às outras unidades acabam sobrecarregando o seu setor originário, quando se ausentam para atuarem na força-tarefa;

6.5.5.4 O mais importante de ressaltar é que essa força-tarefa não dispõe de quantidade suficiente de servidores para as necessidades das zonas eleitorais.

7. Descrição da solução como um todo

7.1 Dentre as soluções apresentadas, não há uma única solução que atenda totalmente as nossas necessidades durante o período eleitoral, porém, analisadas as vantagens e desvantagens de cada uma delas, a que garante os menores riscos e poderá atender melhor às demandas do Tribunal é a contratação de serviços de apoio administrativo por meio da alocação de postos de trabalho (6.2), sem que sejam descartadas outras três (6.1, 6.4 e 6.5) para momentos específicos do processo eleitoral de 2026.

7.2 Sugere-se que o critério adotado para julgamento das propostas seja o de menor preço global em lote único.

7.3 A empresa contratada deverá comprovar capacidade econômico-financeira além de apresentar garantia para fins de assinatura do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.4. As atribuições dos auxiliares de eleição recaem sobre a prestação de apoio administrativo às atividades dos Cartórios Eleitorais e, no caso do supervisor, a sua atuação na Seção de Planejamento e Logística de Eleições refere-se à soma das atividades dos auxiliares de eleição o gerenciamento e supervisão da atuação desses auxiliares de eleição, conforme detalhamento contido no item 3.8 destes estudos preliminares.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1 Para a estimativa das quantidades de postos de trabalho a serem contratados, observou-se os seguintes critérios:

8.1.1 - Nas Zonas Eleitorais, foi considerado 1 (um) auxiliar a cada 55 seções eleitorais ou 1 (um) auxiliar por município da circunscrição eleitoral, o que fosse mais vantajoso, ou seja, o que resultasse num maior número de auxiliares, estabelecido o número máximo de 6 (seis) auxiliares por zona eleitoral, além de 1 (um) supervisor único para atender a todo o RN.

8.1.2 Considerando a necessidade levantada junto aos sessenta cartórios eleitorais, os postos de trabalho serão distribuídos nas sedes dos cartórios eleitorais para atuação nos municípios abrangidos pela circunscrição de cada zona eleitoral, de acordo com o quantitativo de auxiliares de eleição discriminado abaixo:

QUANTITATIVOS A SEREM CONTRATADOS

Zona eleitoral e municípios abrangentes	Auxiliares de Eleição
01ª ZONA ELEITORAL - NATAL	6
02ª ZONA ELEITORAL - NATAL	6
03ª ZONA ELEITORAL - NATAL	0
04ª ZONA ELEITORAL - NATAL	0
05ª ZONA ELEITORAL - MACAÍBA Macaíba Bom Jesus Senador Elói de Souza	6
06ª ZONA ELEITORAL - CEARÁ-MIRIM	4
07ª ZONA ELEITORAL - SÃO JOSÉ DE MIPIBU São José de Mipibu Vera Cruz	3
08ª ZONA ELEITORAL - SÃO PAULO DO POTENGI São Paulo do Potengi São Pedro Riachuelo Santa Maria	4
09ª ZONA ELEITORAL - GOIANINHA Goianinha	

Tibau do Sul	
Espírito Santo	
Jundiá	5
10ª ZONA ELEITORAL - JOÃO CÂMARA	
João Câmara	
Jardim de Angicos	4
11ª ZONA ELEITORAL - CANGUARETAMA	
Canguaretama	
Pedro Velho	
Baía Formosa	
Vila Flor	4
12ª ZONA ELEITORAL - NOVA CRUZ	
Nova Cruz	
Montanhas	
Passa e Fica	4
13ª ZONA ELEITORAL - SANTO ANTÔNIO	
Santo Antônio	
Serrinha	
Várzea	
Passagem	3
14ª ZONA ELEITORAL - TOUROS	
Touros	
São Miguel do Gostoso	3
15ª ZONA ELEITORAL - SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE	
São José de Campestre	
Lagoa d'Anta	
Serra de São Bento	
Monte das Gameleiras	4
16ª ZONA ELEITORAL - SANTA CRUZ	
Santa Cruz	
Japi	

São Bento do Trairí	4
17ª ZONA ELEITORAL - LAJES Lajes Pedro Avelino Caiçara do Rio do Vento Pedra Preta	4
18ª ZONA ELEITORAL - ANGICOS Angicos Fernando Pedroza Afonso Bezerra Santana do Matos	4
19ª ZONA ELEITORAL - SÃO TOMÉ São Tomé Barcelona Ruy Barbosa Lagoa de Velhos	4
20ª ZONA ELEITORAL - CURRAIS NOVOS Currais Novos Lagoa Nova Cerro Corá Bodó	5
21ª ZONA ELEITORAL - FLORÂNIA Florânia São Vicente Tenente Laurentino Cruz	3
22ª ZONA ELEITORAL - ACARI Acari Cruzeta Carnaúba dos Dantas São José do Seridó	4

23ª ZONA ELEITORAL - CAICÓ Jardim do Seridó Ouro Branco São Fernando Timbaúba dos Batistas	4
24ª ZONA ELEITORAL - PARELHAS Parelhas Equador Santana do Seridó	3
25ª ZONA ELEITORAL - CAICÓ	3
26ª ZONA ELEITORAL - CAICÓ Jardim de Piranhas Serra Negra do Norte São João do Sabugi Ipueira	4
27ª ZONA ELEITORAL - JUCURUTU Jucurutu São Rafael	2
29ª ZONA ELEITORAL - AÇU	3
30ª ZONA ELEITORAL - MACAU Macau Guamaré	3
31ª ZONA ELEITORAL - CAMPO GRANDE Campo Grande Janduís Triunfo Potiguar	3
32ª ZONA ELEITORAL - AREIA BRANCA Areia Branca Grossos Porto do Mangue	4

33ª ZONA ELEITORAL - MOSSORÓ	6
34ª ZONA ELEITORAL - MOSSORÓ	5
35ª ZONA ELEITORAL - APODI	2
36ª ZONA ELEITORAL - CARAÚBAS	2
37ª ZONA ELEITORAL - PATU Patu Almino Afonso Messias Targino Rafael Godeiro	4
38ª ZONA ELEITORAL - MARTINS Martins Antônio Martins Serrinha dos Pintos	3
39ª ZONA ELEITORAL - UMARIZAL Umarizal Olho-d'Água do Borges Frutuoso Gomes Lucrécia	4
40ª ZONA ELEITORAL - PAU DOS FERROS Pau dos Ferros São Francisco do Oeste Francisco Dantas	2
41ª ZONA ELEITORAL - ALEXANDRIA Alexandria Tenente Ananias Pilões João Dias	4
42ª ZONA ELEITORAL - LUÍS GOMES Luís Gomes	

José da Penha Paraná Major Sales	4
43ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL São Miguel Doutor Severiano Coronel João Pessoa Venha-Ver	4
44ª ZONA ELEITORAL - MONTE ALEGRE Monte Alegre Brejinho Lagoa Salgada Lagoa de Pedras	4
45ª ZONA ELEITORAL - APODI Severiano Melo Felipe Guerra Itaú Rodolfo Fernandes	4
46ª ZONA ELEITORAL - CEARÁ-MIRIM Taipu Ielmo Marinho Pureza	2
47ª ZONA ELEITORAL - PENDÊNCIAS Pendências Alto do Rodrigues Carnaubais	3
49ª ZONA ELEITORAL - MOSSORÓ Upanema Governador Dix-Sept Rosado Tibau	3

50ª ZONA ELEITORAL - PARNAMIRIM	6
51ª ZONA ELEITORAL - SÃO GONÇALO DO AMARANTE	5
52ª ZONA ELEITORAL - SÃO BENTO DO NORTE São Bento do Norte Caiçara do Norte Parazinho Pedra Grande Galinhos	5
53ª ZONA ELEITORAL - TANGARÁ Tangará Serra Caiada Boa Saúde Sítio Novo	4
54ª ZONA ELEITORAL - AÇU Ipanguaçu Itajá Paraú	3
58ª ZONA ELEITORAL - MOSSORÓ Baraúna Serra do Mel	3
62ª ZONA ELEITORAL - JOÃO CÂMARA Poço Branco Jandaíra Bento Fernandes	2
63ª ZONA ELEITORAL - PORTALEGRE Portalegre Riacho da Cruz Taboleiro Grande Viçosa	3
64ª ZONA ELEITORAL - EXTREMOZ	

Extremoz Rio do Fogo Maxaranguape	4
65ª ZONA ELEITORAL - PAU DOS FERROS Marcelino Vieira Encanto Rafael Fernandes Riacho de Santana Água Nova	5
67ª ZONA ELEITORAL - NÍSIA FLORESTA Nísia Floresta Arês Senador Georgino Avelino	2
68ª ZONA ELEITORAL - SANTA CRUZ Campo Redondo Jaçanã Lajes Pintadas Coronel Ezequiel	4
69ª ZONA ELEITORAL - NATAL	5
SEÇÃO DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA DE ELEIÇÕES (SUPERVISOR)	1
TOTAL	221

8.2 Os postos de trabalho serão contratados para períodos específicos, de acordo com o detalhamento do quadro abaixo, tendo sua atuação variando entre 45 dias ou, no caso de haver 2º turno, 67 dias, para atendimento da alta demanda de atividades nas respectivas datas e localidades.

8.2.1 A solução deverá compreender as seguintes quantidades e períodos as atividades do **primeiro turno** de votação:

Turno	Lote	Período	Dias	Tipo de colaborador	Quantitativo	Local de Atuação

1º	1	25.08 a 08.10.2026 (45 dias)	45	Auxiliar de Eleições ZE	220	Zonas Eleitorais
		Auxiliar de Eleições SPLE (Supervisor)		1	Seção de Planejamento e Logística de Eleições (SPLE)	
Total					221	-

8.2.2 Caso haja votação em **segundo turno** no Rio Grande do Norte, a execução dos serviços terá continuidade e abrangerá os mesmos quantitativos, porém, por um período diferente, mas em prorrogação ao período de atuação no primeiro turno:

Turno	Lote	Período	Dias	Tipo de colaborador	Quantitativo	Local de Atuação
2º	1	09.10 a 30.11.2026 (22 dias)	22	Auxiliar de Eleições ZE	220	Zonas Eleitorais
				Auxiliar de Eleições SPLE (Supervisor)	1	Seção de Planejamento e Logísitca de Eleições (SPLE)
Total					221	-

8.3 Havendo concordância entre as partes, poderá ainda, ocorrer prorrogação da execução do Contrato até 19.12.2026, em virtude das demandas decorrentes das atividades cartorárias posteriores às eleições, mediante formalização de Termo Aditivo.

8.4 A jornada de trabalho regular dos profissionais terceirizados será de **40h** (quarenta horas) semanais, prestadas em jornadas diárias de **8 (oito) horas**, de segunda a sexta, com intervalo de 1 (uma) hora.

8.4.1 Considerando a necessidade do serviço, o chefe de cartório poderá solicitar do empregado da contratada a prestação de serviço em jornada diversa, mediante compensação de banco de horas.

8.4.2 A jornada diária de trabalho não poderá ultrapassar as 10 (dez) horas, devendo a sua compensação ocorrer em dia oportuno, dentro do próprio mês, obedecendo-se a jornada semanal de 40 (quarenta) horas.

8.5 O banco de horas a que se refere o item anterior só poderá ser utilizado exclusivamente nos dias úteis e a respectiva compensação dentro de cada mês.

8.6 A jornada de trabalho poderá ser acrescida na véspera e dia da eleição, quando há uma elevação significativa da demanda de atividades, conforme detalhamento abaixo, a ser prestado mediante autorização prévia e expressa do TRE/RN, por meio de Ordem de Serviço expedida pelo Secretário de Tecnologia da Informação e Eleições (STIE), LIMITADO aos quantitativos especificados a seguir, mediante pacotes adicionais de serviços, que não se confundem com a carga horária regularmente contratada, mencionadas nos itens 6.4 a 6.5;

I. Primeiro Turno:

a) **Sábado (véspera da eleição):** Jornada de até **10h (dez horas)**, com intervalo de 1h (uma hora) para repouso e alimentação, após as primeiras 5h (cinco horas) de jornada ininterrupta, apenas no dia 03.10.2026 (véspera da Eleição), para a preparação das seções eleitorais;

c) **Domingo:** Jornada de até **14h (quatorze horas)**, com intervalo de 1h (uma hora) para repouso e alimentação, a cada 5h (cinco horas) de jornada ininterrupta, apenas no dia 04.10.2026 (dia da Eleição), para as atividades voltadas para o dia da eleição de auxílio ao eleitor, apoio no suporte à votação eletrônica e transmissão dos resultados;

II. Segundo Turno:

a) **Sábado (véspera da eleição):** Jornada de até **10h (dez horas)**, com intervalo de 1h (uma hora) para repouso e alimentação, após as primeiras 5h (cinco horas) de jornada ininterrupta, apenas no dia 24.10.2026 (véspera da Eleição), para a preparação das seções eleitorais;

c) **Domingo:** Jornada de até **14h (quatorze horas)**, com intervalo de 1h (uma hora) para repouso e alimentação, a cada 5h (cinco horas) de jornada ininterrupta, apenas no dia 25.10.2026 (dia da Eleição), para as atividades voltadas para o dia da eleição de auxílio ao eleitor, apoio no suporte à votação eletrônica e transmissão dos resultados;

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.357.963,01

9.1 Para o cálculo inicial do valor estimado foi utilizada como parâmetro a Convenção Coletiva do Trabalho firmada entre o SINDICATO PATRONAL DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO e o SINDICATO DAS SECRETÁRIAS E SECRETÁRIOS DO RIO GRANDE DO NORTE, registrada no MTE sob o nº RN 000186 /2025.

9.1.1 Importante registrar entendimento recente do TCU materializado no Acórdão nº 1207/2024 - Plenário: "9.2.2. (...) é lícito ao edital prever que somente serão aceitas propostas que adotarem na planilha de custos e formação de preços (PCFP) valor igual ou superior ao orçado pela Administração para a soma dos itens de salário e auxílio-alimentação, admitidos também, a critério da Administração, outros benefícios de natureza social considerados essenciais à dignidade do trabalho, devidamente justificados, os quais devem ser estimados com base na convenção coletiva de trabalho paradigma, que é aquela que melhor se adequa à categoria profissional que executará os serviços terceirizados, considerando a base territorial de execução do objeto."

9.1.2 Portanto, com base no Acórdão citado, a empresa licitante não poderá apresentar proposta cuja soma do salário e auxílio alimentação seja inferior ao adotado no valor estimado da licitação. Esse entendimento foi reiterado no recente Acórdão nº 511/2025 - TCU Plenário.

9.2 Para fins de parâmetro para o cálculo do valor salarial, foi utilizado o valor a ser pago ao profissional assistente de secretariado.

9.3 Em relação aos custos com capacitação, são detalhados os seguintes pontos:

9.3.1 Os treinamentos dos(as) profissionais serão realizados em duas etapas, sendo uma presencial e a outra através de curso à distância. Ambas as etapas constarão de material teórico e prático.

9.3.2 A capacitação presencial será realizada em “cidades polo” (Natal, Santo Antônio, João Câmara, Caicó, Mossoró e Pau dos Ferros), recebendo cada Pólo uma turma de treinamento, para atingir, respectivamente, todos(as) os(as) Auxiliares de Eleições que serão contratados para atuar por 45 (quarenta e cinco) dias.

9.3.3 A etapa remota (virtual) será por meio da participação obrigatória no curso EaD voltado para a operacionalização e suporte às urnas eletrônicas e sistemas eleitorais, como material complementar.

9.3.4 Etapa 1 – Treinamento Presencial

9.3.4.1 Todos os(as) colaboradores receberão treinamento teórico e prático sobre as atividades que desempenharão, conforme registros a seguir:

Tipo de Contratado(a)	Data do treinamento	Quant. de treinandos	Responsável pelo treinamento
Auxiliares das Zonas Eleitorais	25 e 26.08	220	Coordenadores de Suporte Técnico
Auxiliar da SPLE (supervisor)		01	

9.3.4.2 Os(As) Auxiliares de Eleições que atuarão nas Zonas Eleitorais e na SPLE, receberão treinamento teórico e prático nos respectivos polos, conforme detalhado a seguir, necessitando que a empresa contratada efetue a movimentação do quantitativo de urnas eletrônicas abaixo discriminado, dos cartórios para os locais de treinamento e vice-versa no seu término:

Polo	Município Sede	Zonas e unidades vinculadas a cada polo Data do treinamento: 25 e 26.08.2026	Qtde. Treinandos	Qtde. Urnas
Polo I	Natal	1, 2, 3, 4, 5, 16, 17, 50, 51, 64 e 69 e SPLE	47	80
Polo II	Santo Antônio	7, 9, 11, 12, 13, 15, 44, 53 e 67	33	56
Polo III	João Câmara	6, 8, 10, 14, 19, 46, 52, 62 e 68	32	53
Polo IV	Caicó	20, 21, 22, 23, 24, 25, 26 e 27	28	47
Polo V	Mossoró	18, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 45, 47, 49, 54 e 58	48	80

Polo VI	Pau dos Ferros	37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 63 e 65	33	56
TOTAL			221	372

9.3.4.3 As urnas eletrônicas, modelos 2020 e 2022, que devem ser transportadas pela empresa contratada, do cartório para o local de treinamento dos auxiliares de eleição, pesa em torno de 8, 64 kg e tem como medidas:

Altura: 29,5cm

Comprimento: 42,5cm

Largura: 41,5cm

Volume: 52,03 litros

9.3.4.4 Cada Polo receberá 01 (uma) turma de treinamento, para atingir, respectivamente, todos(as) os(as) Auxiliares de Eleições que serão contratados para atuar por 45 (quarenta e cinco) dias.

9.3.5 Etapa 2 – Treinamento à Distância

9.3.5.1 Todos(as) os(as) colaboradores(as) deverão participar de Curso EaD sobre Urnas e Sistemas Eleitorais, a ser disponibilizado pelo TRE/RN, devendo obter média igual ou superior a 7,0. O referido curso também ficará disponível para consultas posteriores. Não haverá custos adicionais para a Contratada uma vez que o curso EaD será inteiramente fornecido pelo TRE/RN.

Tipo de Contratados(as)	Período de disponibilização do Curso EaD	Quant. de Treinandos
Auxiliares das Zonas Eleitorais	A partir de 25.08.2026	220
Auxiliares da SPLE (supervisor)	A partir de 25.08.2026	01
TOTAL		221

9.3.6 Custos Relativos à Capacitação

A empresa contratada arcará com os seguintes custos relativos à capacitação:

1. Deslocamentos dos profissionais dos municípios de lotação para o município sede de capacitação;
2. Alimentação (almoço e dois lanches por dia) e eventual hospedagem;
3. Locação de imóvel adequado para a realização dos treinamentos (Exceto Polo I);
4. Infraestrutura necessária aos treinamentos (Exceto Polo I), como mobiliários, equipamentos de projeção e computadores para os instrutores, acesso à rede internet;
5. Movimentação das urnas eletrônicas do Cartório Eleitoral dos Municípios Sede de Treinamento para os locais de treinamento (transporte e carregadores) no quantitativo constante no quadro do item 9.3.4.2 – (Exceto Polo I);
6. Impressão e encadernação das apostilas de orientação;

7. Os treinandos deverão comparecer ao treinamento devidamente uniformizado e de posse da chave Phillips;

9.3.7 Deslocamento dos Postos de Trabalho

9.3.7.1 Haverá deslocamentos dos postos de trabalho para os eventos de capacitação, bem como de geração de mídias e preparação de urnas, conforme discriminados a seguir:

9.3.7.2 Deslocamento para as capacitações

Evento	Local de atuação	Período do treinamento	Quantitativo	Movimentação
Turma I - Polo I	Natal	25 e 26.08	47	Dos municípios de Macaíba, Santa Cruz, Lajes, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante e Extremoz para Natal e retorno.
Turma I - Polo II	Santo Antônio	25 e 26.08	29	Dos municípios de São José de Mipibu, Goianinha, Canguaretama, Nova Cruz, São José de Campestre, Monte Alegre, Tangará e Nísia Floresta para Santo Antônio e retorno.
Turma I - Polo III	João Câmara	25 e 26.08	36	Dos municípios de Ceará-Mirim, São Paulo do Potengi, Touros, São Tomé, São Bento do Norte e Santa Cruz para João Câmara e retorno.
Turma I - Polo IV	Caicó	25 e 26.08	28	Dos municípios de Currais Novos, Florânia, Acari, Parelhas e Jucurutu para Caicó e retorno.
Turma I - Polo V	Mossoró	25 e 26.08	48	Dos municípios de Angicos, Açu, Macau, Campo Grande, Areia Branca, Apodi, Caraúbas e Pendências para Mossoró e retorno.
Turma I - Polo VI	Pau dos Ferros	25 e 26.08	33	Dos municípios de Patu, Martins, Umarizal, Alexandria, Luís Gomes, São Miguel e Portalegre para Pau dos Ferros e retorno.

9.3.7.3 Deslocamento para o evento de Geração de Mídias e Preparação das Urnas

Evento	Local de atuação	Período	Quantitativo	Movimentação
GM e Carga da 50ª ZE/RN	Natal	16 a 25/09	06	Do município de Parnamirim para Natal e retorno
GM e Carga da 9ª ZE/RN	Natal	16 a 25/09	05	Do município de Goianinha para Natal e retorno
	Natal	16 a 25/09	11	

GM e Carga da 5ª e 51ª ZE/RN				Dos municípios de Macaíba e São Gonçalo do Amarante para Natal e retorno
------------------------------	--	--	--	--

9.4 Seguem as planilhas com a especificação dos custos estimados por posto de trabalho e por lote para o 1º e 2º turnos das eleições 2026.

9.4.1 Custos do 1º Turno

Custos do 1º Turno				
Turno	Especificação	Quantidade	Valor Unitário do Posto de Trabalho	Valor Total
1º	Auxiliar de Eleições Zonas Início: 25.08.2026 Final: 08.10.2026 (45 dias)	220 postos	R\$ 5.663,90	R\$ 1.246.058,00
	Auxiliar de Eleições Supervisor SPLE Início: 25.08.2026 Final: 08.10.2026 (45 dias)	01 posto	R\$ 6.818,82	R\$ 6.818,82
	Prestação de Serviços de Treinamento dos profissionais envolvidos na contratação.	221 postos	R\$ 677,59	R\$ 149.747,39
	Pacote de serviços adicionais referente a 1 (uma) hora de trabalho de 1 (um) Auxiliar de Eleições no sábado (03/10) e domingo (04/10) véspera e dia do	5.280 unidades	R\$ 37,76	R\$ 199.372,80

	pleito eleitoral do 1º turno, respectivamente			
	Pacote de serviços adicionais referente a 1 (uma) hora de trabalho de 1 (um) Auxiliar de Eleições Supervisor no sábado (03/10) e domingo (04/10) véspera e dia do pleito eleitoral do 1º turno, respectivamente	24 unidades	R\$ 45,46	R\$ 1.091,04
	Total (1º turno)	-	-	R\$ 1.603.088,05

9.1.2 Custos do 2º Turno

Custos do 1º Turno				
Turno	Especificação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
	Auxiliar de Eleições Zonas Início: 09.10.2026 Final: 30.10.2026 (22 dias)	220 postos	R\$ 2.638,80	R\$ 580.536,00
	Auxiliar de Eleições Supervisor SPLE Início: 09.10.2026 Final: 30.10.2026 (22 dias)	01 posto	R\$ 3.203,44	R\$ 3.203,44
	Pacote de serviços adicionais referente a 1 (uma) hora de	2.200 unidades	R\$ 26,99	R\$ 59.378,00

2º	trabalho de 1 (um) Auxiliar de Eleições no sábado (24/10) véspera do pleito eleitoral do 2º turno, se houver.			
	Pacote de serviços adicionais referente a 1 (uma) hora de trabalho de 1 (um) Auxiliar de Eleições Supervisor no sábado (24/10) véspera do pleito eleitoral do 2º turno, se houver.	10 unidades	R\$ 32,76	R\$ 327,60
	Pacote de serviços adicionais referente a 1 (uma) hora de trabalho de 1 (um) Auxiliar de Eleições no domingo (25/10) dia do pleito eleitoral do 2º turno, se houver.	3.080 unidades	R\$ 35,98	R\$ 110.818,40
	Pacote de serviços adicionais referente a 1 (uma) hora de trabalho de 1 (um) Auxiliar de Eleições Supervisor no domingo (25/10) dia do pleito eleitoral do 2º turno, se houver.	14 unidades	R\$ 43,68	R\$ 611,52
	Total (2º turno)	-	-	R\$ 754.874,96

9.1.3 Memória de Cálculo:

9.1.3.1 Foram preenchidas planilhas de custos e formação de preços para o cálculo total do valor estimado para 1 posto de trabalho.

9.1.3.1.1 Para o profissional que realizará a supervisão, foi aplicado o percentual de 25% a título de gratificação em cima do salário do profissional auxiliar de eleições.

9.1.3.1.1.1 A atribuição de uma gratificação de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o salário base para o posto de Supervisor justifica-se pela complexidade, responsabilidade e natureza de gestão inerentes às atribuições exclusivas para esse profissional, a serem definidas no Termo de Referência, que excedem substancialmente as atividades operacionais dos demais auxiliares. A fundamentação baseia-se nos seguintes pilares:

9.1.3.1.1.1.1 Gestão de Pessoas e Amplitude de Controle: Enquanto o Auxiliar de Eleições possui foco estritamente operacional e executivo (vistoria, organização de materiais, suporte), o Supervisor assume o encargo de supervisão de recursos humanos de uma equipe de 220 colaboradores dispersos geograficamente. Cabe ao Supervisor a responsabilidade crítica de controlar a frequência, consolidar as folhas de ponto e garantir a fidedignidade das informações que impactarão diretamente o faturamento e o pagamento dos terceirizados.

9.1.3.1.1.1.2 Interlocução Estratégica e Resolução de Conflitos: O Supervisor atua como o elo oficial e imediato entre a Fiscalização do TRE/RN e a empresa contratada. Cabe a ele recepcionar demandas, filtrar problemas administrativos, solicitar substituições de pessoal (o que exige agilidade para não comprometer o calendário eleitoral) e resolver intercorrências relativas a pagamentos e benefícios. Essa função exige competências de liderança, negociação e tomada de decisão que não são exigidas dos demais postos.

9.1.3.1.1.1.3 Responsabilidade pelos Resultados do Contrato: Diferente do Auxiliar de Eleições, cuja responsabilidade é pontual em sua Zona Eleitoral, o erro ou omissão do Supervisor pode gerar impactos sistêmicos na execução contratual, como falhas no pagamento de centenas de colaboradores ou atrasos na substituição de postos críticos. O percentual de 25% visa remunerar esse risco e a carga de responsabilidade superior.

9.1.3.1.1.1.3.4 Práticas de Mercado e Razoabilidade: A aplicação de um diferencial salarial para funções de liderança de equipe (encarregados/supervisores) é uma prática consolidada no mercado de trabalho e nas contratações públicas, servindo como incentivo para a atração de profissional com perfil de liderança e maior qualificação organizacional. O percentual de 25% situa-se em patamar razoável e econômico, suficiente para diferenciar a hierarquia funcional sem onerar excessivamente a Administração.

9.1.3.1.1.2 Portanto, a gratificação não representa mero aumento salarial, mas a remuneração justa pelo acúmulo das funções operacionais com as funções de supervisão, controle e gestão administrativa.

9.1.3.1.1.3 Gerenciar a frequência e problemas de pagamento de 220 pessoas é uma tarefa exaustiva. Se não houver essa gratificação, será difícil reter um profissional qualificado para lidar com essa pressão durante o período crítico da eleição.

9.1.3.1.2 Desta forma, esta Equipe de Planejamento entende ser razoável e defensável a adoção da gratificação no patamar proposto, pois remunera o acréscimo de responsabilidade de liderança sem descaracterizar a natureza do cargo base.

9.1.3.2 Foi considerado o valor de R\$ 4,90 para o auxílio-transporte (tarifa de transporte público atualmente cobrada no município de Natal/RN).

9.1.3.3 Foi previsto no cálculo do valor estimado o pagamento de auxílio-alimentação, uma vez que, há previsão na cláusula oitava da CCT de recebimento desse valor pelos profissionais.

9.1.3.4 A planilha de custos e formação de preços também contempla valores para seguro de vida e benefício social familiar, conforme cláusulas décima e décima primeira da CCT, respectivamente.

9.1.3.5 Encargos Sociais e Trabalhistas seguem ao disposto na legislação vigente e na IN 05/2017-SEGES /MPDG.

9.1.3.6 Foi retirado o custo com o substituto na cobertura de férias, uma vez que, sendo uma contratação com prazo inferior a 1 ano, em tese não haverá necessidade de gozo de férias (exceção aos profissionais que já possuam vínculo com a empresa contratada, que devem ser a minoria excessiva dos colaboradores).

9.1.3.7 Demais rubricas como substituto na cobertura de ausências legais, acidente de trabalho, licença maternidade e paternidade foram mantidos, conforme percentuais definidos em modelo de planilha do TCU.

9.1.3.8 PIS e COFINS seguem os percentuais atribuídos a empresas optantes pela apuração com base no Lucro Presumido. Essa escolha se deve à grande maioria das empresas adotarem esse regime de tributação.

9.1.3.9 Para o cálculo do valor dos insumos foi realizada pesquisa de mercado com preços obtidos através de certames licitatórios e da média obtida chegou-se ao valor estimado para o uniforme, crachá, apostilas, chave Phillips, locação de imóvel e lanche para treinamento além dos exames admissionais/demissionais.

9.1.3.9.1 Os valores referentes à chave Phillips e apostila foram contemplados no custo referente ao item do treinamento.

9.1.3.10 Demais índices, tais como custos indiretos e lucro, foram calculados sob a média dos percentuais indicados na última contratação realizada por este Regional para o mesmo objeto, já que se trata de uma demanda muito específica, difícil de se encontrar no mercado com natureza similar.

9.1.3.11 Para o cálculo da hora referente ao pacote de serviços adicionais foi aplicado o divisor 200 sobre o salário do profissional para se calcular o valor da hora de trabalho, pois se trata de um serviço com 40 horas semanais. Ao valor da hora de trabalho foi adicionado 50% para os dias úteis e sábados e 100% para os domingos e feriados (incluindo o sábado 03/10).

9.1.3.12 Para o cálculo do valor do posto de trabalho no 2º turno foram retirados da planilha de custos e formação de preços todos os insumos, pois já foram adquiridos no 1º turno.

9.1.3.13 O valor estimado inicial da contratação ficou em R\$ 2.357.963,01.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1 A presente contratação visa o provimento de 221 (duzentos e vinte e um) Auxiliares de Eleições a serem alocados nos diversos Cartórios Eleitorais espalhados por todo o Estado do Rio Grande do Norte (RN).

10.2 A regra geral, conforme a Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União (TCU), é a obrigatoria adjudicação por item, garantindo a ampla competitividade, ressalvada a hipótese em que a divisão do objeto cause prejuízo para o conjunto ou complexo ou implique perda de economia de escala.

10.3 No presente caso, a opção pela contratação de uma empresa única para a prestação integral dos serviços justifica-se pelas seguintes razões, que caracterizam o objeto como um conjunto ou complexo indissociável:

10.3.1 Interdependência Funcional e Necessidade de Padronização: Os serviços de apoio administrativo nas eleições, embora executados em diferentes zonas eleitorais, são regidos por um único calendário, um único conjunto de normas e um único processo de treinamento/capacitação. A divisão por lotes geográficos ou por item de atividade resultaria em uma multiplicidade de contratos para um serviço que demanda unidade de comando, coordenação e padronização.

10.3.2 Prejuízo à Gestão e Fiscalização: A contratação de múltiplas empresas para prestar o mesmo tipo de serviço em diferentes pontos do estado imporia à Justiça Eleitoral do RN um encargo gerencial e fiscalizatório excessivo. Seria inviável, em um curto espaço de tempo, gerenciar a padronização de procedimentos, a frequência, a qualidade do trabalho e a responsabilidade técnica de vários prestadores distintos, aumentando exponencialmente o risco de falhas de comunicação e execução.

10.3.3 Perda de Economia de Escala: A contratação consolidada permite a obtenção de preços mais vantajosos (economia de escala) na aquisição de insumos, na oferta de treinamento e na mobilização do pessoal, visto que a licitante vencedora poderá planejar a alocação de seu staff de forma otimizada em todo o território estadual, o que não seria possível em lotes menores e dispersos.

10.3.4 Responsabilidade Objetiva e Imediata: A natureza do trabalho exige que a responsabilidade pelo serviço integral e ininterrupto seja atribuída a um único contratado. Em caso de falha em qualquer ponto do estado, a responsabilidade para a solução imediata recairia sobre uma única entidade, evitando a indevida "empurra-empurra" de responsabilidades entre diversos contratados, o que comprometeria o cumprimento do cronograma eleitoral.

10.3.5 A contratação em lote único também gera economia na alocação de um único supervisor para todo o contrato, fato que não ocorreria se houvessem múltiplos lotes.

10.4 Conclusão: A divisão do objeto em lotes, embora aparentemente possível em razão da dispersão geográfica, implicaria prejuízo direto ao conjunto e à complexidade do serviço eleitoral, bem como perda de economia de escala. Assim, a licitação por lote único (empresa única) se enquadra na exceção prevista na Súmula nº 247 do TCU, por demonstrar que a divisão do objeto é técnica e economicamente inviável sem comprometer a eficiência e a unidade da administração do certame eleitoral.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1 Não há necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes para atender esta contratação.

11.2 Apenas deverá ser fornecido pela mesma empresa, juntamente com o serviço contratado, as ferramentas de uso diário e material de apoio, conforme detalhado abaixo:

Materiais	Quantidade por posto de trabalho	Quantidade total
-----------	----------------------------------	------------------

Camiseta com manga curta confeccionadas em malha de algodão na cor cinza, com a logomarca da empresa contratada no peito e a identificação da função nas costas “ AUXILIAR DE ELEIÇÃO” nas cores preta.	02	442
Crachá com a identificação do profissional	01	221
Chave Phillips 3/16’ x 4”	01	221
Impressão e encadernação de material de apoio (1 apostila para cada profissional com quantidade total aproximada de 90 folhas)	01	221

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1 Há previsão no plano de contratações anual com o código da demanda COE.POE_26.01.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1 Os benefícios advindos da solução apontada envolvem a eficiência na execução das atividades de apoio às Eleições, especialmente no apoio às atividades administrativas realizadas nos Cartórios Eleitorais de todo o Estado do RN e na Seção de Planejamento e Logística de Eleições (SPLE) do TRE/RN, com vistas à preparação das Eleições Gerais de 2026.

13.2 A economicidade traduz-se no fornecimento da infraestrutura de treinamentos e deslocamentos por parte da contratada, suprimindo essa necessidade pelo TRE/RN, bem como o pagamento da remuneração ao prestador dos serviços terceirizados, que é bem mais vantajoso aos cofres públicos do que se utilizar de servidores concursados do TRE/RN.

13.3 Busca-se, portanto, garantir que o processo eleitoral seja efetivamente realizado, cumprindo-se todos os prazos previstos no calendário eleitoral, e que todas as atividades dele decorrentes transcorram de forma adequada nos Cartórios Eleitorais, Locais de Votação, Seções Eleitorais e Juntas Eleitorais do Rio Grande do Norte nas Eleições Gerais de 2026, mediante o correto e célere desenvolvimento dos trabalhos inerentes à preparação, execução, transmissão dos resultados e totalização no referido pleito.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. A adequação dos ambientes de trabalho para a recepção dos profissionais contratados, nos casos em que houver necessidade, é de responsabilidade das unidades administrativas do Tribunal nas quais serão alocados

os postos de trabalho, cabendo a elas providenciarem mobiliário, materiais e equipamentos necessários, limitados à disponibilidade do Tribunal.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1 A fornecedora da solução deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

a) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços.

b) Realizar trabalho de conscientização dos colaboradores sobre o uso (racional) do(a): Água (potável e banheiros); Energia elétrica; Elevadores e escadas; Telefone, utilizando, preferencialmente, o sistema de telefonia VoIP (Voice over Internet Protocol – Voz sobre IP); Veículos; Copos descartáveis; Papéis (impressão); Envelopes, plásticos, madeiras e vidros (utilizados para embalagem); Luvas e máscaras descartáveis; Adaptadores, cabos e conectores.

c) Respeitar as atividades voltadas para o cumprimento do Plano de Logística Sustentável, como por exemplo, cumprir o descarte correto de resíduos sólidos (Coleta Seletiva adotada);

d) Observar, quanto à identificação e o recolhimento, para o setor responsável do TRE-RN, dos: Suprimentos utilizados para impressão e digitalização (cartuchos, toners e lâmpadas), papéis, pilhas, baterias, metais, carcaças e demais resíduos de equipamentos de TI (fitas, cabos, mídias, dispositivos eletrônicos, etc), para posterior destinação (empresas de logística reversa para reuso e reciclagem). Equipamentos de TI inservíveis, para posterior destinação (doação ou descarte).

e) Utilizar o material de limpeza e conservação específico destinado à manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de TI.

f) Observar os fundamentos legais constantes na legislação vigente.

15.2 Contratações dessa natureza, conforme proposta nesse estudo, não costumam causar impactos ambientais significativos. Ainda assim, o Termo de Referência será elaborado com base nas diretrizes do Plano de Logística Sustentável (PLS) do TRE/RN com vistas a minimizar os eventuais impactos ambientais que possam ocorrer.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1 Por todo o exposto, entende a equipe de planejamento ser necessária e viável do ponto de vista técnico e gerencial, a contratação pretendida de prestação de serviços comuns, com natureza de apoio administrativo, acessórios às atividades de preparação e realização das Eleições Gerais de 2026 no Estado do Rio Grande do Norte, mediante alocação de postos de trabalho, nos quantitativos previstos no tópico 6 deste documento, para atuação nas Zonas Eleitorais e na Seção de Planejamento e Logística de Eleições do TRE/RN para o desenvolvimento das atividades descritas no subitem 3.8 destes Estudos.

16.2 A presente equipe de planejamento submete os presentes Estudos Preliminares à análise jurídica, econômico-financeira e à deliberação da Administração Superior.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARIA TERESA FARACHE PORTO

Integrante demandante da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 27/11/2025 às 13:50:47.

ERNESTO LECA PINTO

Integrante administrativo da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 27/11/2025 às 13:51:42.

KARINA FLAVIA PEDROSA SANTOS

Integrante Técnico da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 27/11/2025 às 14:07:19.